



O PROJETO POLÍTICO DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E O ACIRRAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO MARANHÃO:

alguns indicativos.

Selma de Oliveira Brandão*

RESUMO

Este artigo constitui-se de um conjunto de reflexões contidas no trabalho de dissertação ora em desenvolvimento, cujo núcleo temático centra-se na relação entre a questão social e o processo de formação profissional do assistente social no Maranhão. Neste contexto, faz-se no presente trabalho uma análise dos determinantes e expressões da questão social no Estado, no marco da modernização conservadora, iniciada nos anos 60 do século XX, problematizando o projeto de desenvolvimento ora implementado. Questionam-se os rumos do referido projeto, diante da crescente desigualdade social presente no Maranhão, facilmente demonstrada através dos graves indicadores sociais que aqui persistem ao longo de décadas.

Palavras-Chave: Maranhão, desenvolvimento, modernização conservadora, questão social.

ABSTRACT

This article constitutes a set of reflections contained in the dissertation that is being written, which thematic core is focused in the relationship between the social question and the process of professional formation of the social worker in Maranhão. In this context, it is shown an analysis of determinants and expressions of the social question in this State at the milestone of the conservative modernization, initialized in 60's, figuring out the developing project implemented at that moment. The course of this project is questioned, due to the social inequality growth in Maranhão, easily demonstrated through grave social indicators that have been persisted here for decades.

Keywords: Maranhão, development, conservative modernization, social question.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da dissertação de mestrado realizado no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, assim intitulada: “Serviço Social e questão social no Maranhão”: resgate histórico do “Trabalho junto ao Pescador Artesanal da ilha de São Luís, no processo de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFMA”, atualmente em fase de conclusão.

De forma sintética, aqui apresentam-se alguns aspectos analisados no trabalho, referentes ao acirramento da questão social no Maranhão no decurso da implementação do projeto político de modernização conservadora no Estado iniciado em meado da década de

* Graduada em Serviço Social. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

60 do século passado e sua incidência na atualidade, visíveis a partir dos graves indicadores sociais presentes nesta unidade da federação.

Neste sentido, destaca-se a concepção de questão social que norteia este trabalho, pois sabe-se que em torno desta categoria existem inúmeras polêmicas, que perpassam tanto a literatura clássica quanto à contemporânea. Ou seja, como todo fenômeno histórico-social torna-se difícil datar sua origem e conseqüentemente determinar uma concepção como sendo a única e verdadeira. Entretanto, a maioria dos autores brasileiros, seguindo uma tendência internacional tende a situar sua emergência no sistema capitalista, a partir da Revolução Industrial. Um autor clássico nesse sentido e referência nessa temática é Cerqueira Filho, para quem a questão social engloba "(...) o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs ao mundo no curso da constituição da sociedade capitalista, estando fundamentalmente vinculada ao conflito capital X trabalho."(1982, p.21)

Quanto ao aspecto da sua emergência, tomo como centrais as referências de IANNI (1989), que considera ser a questão social uma dimensão importante dos movimentos da sociedade em geral e em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que a constituem e que se expressam em diferentes épocas, de alcances e significados variados.

Assim, considerando as referidas perspectivas, parto do entendimento de que a questão social é uma categoria histórica, sintetizadora das desigualdades, necessidades e lutas sociais, cuja origem se encontra nas relações estabelecidas entre os homens, independentemente das formas de organização societárias, sendo que a partir do modo de produção capitalista evidenciam-se de forma mais contundente suas manifestações sob a forma de problemas sociais, econômicos e políticos e as formas de seu enfrentamento pelo Estado e pelos diferentes segmentos das classes subalternas.

2 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E SEU PROJETO DE DESENVOLVIMENTO PARA O MARANHÃO: qual desenvolvimento? para quem?

Segundo o Censo demográfico de 2004, o Maranhão, possui uma área de 331.983,293 km, uma população estimada em 6.103.327 habitantes dividida em 217 municípios, distribuídos em 05 mesorregiões e 21 micro-regiões. Com base na extensão territorial e de acordo com as informações publicadas pelo Censo Demográfico do IBGE do ano 2000, o Estado do Maranhão possui uma baixa densidade demográfica de 17 habitantes por km², sendo que na última década registrou-se um crescimento médio anual da população na ordem de 1,52%. As estatísticas oficiais revelam ainda que entre as décadas de 60 e 90 a população vivia predominantemente no meio rural, situação que foi modificada a partir do

ano 2000, onde a concentração urbana atingiu 59,5%. A última PNAD (2005) destaca que a concentração urbana no estado chegou a 65,2%. Situada no nordeste brasileiro, região mais pobre do país, esta unidade da federação tem se destacado ao longo de décadas no cenário nacional, sobretudo por apresentar os piores indicadores sociais, muito embora possua grande potencial de crescimento e desenvolvimento, considerando sua localização privilegiada na região, ocupando parte da região amazônica, vasta área de terras férteis propícias para a agricultura, clima ameno, com duas estações climáticas bem definidas muitos rios além do segundo maior litoral brasileiro, com 640 km².

No dia 02 de janeiro deste ano por ocasião da posse dos novos governadores eleitos em outubro de 2006, jornais de tiragem nacional destacam a situação dos Estados brasileiros, afirmando que os atuais governadores terão pela frente grandes desafios frente à situação precária da maioria das unidades da federação. A pior herança, no entanto afirmam os jornais será recebida pelo governador eleito Jackson Lago, pois o Maranhão, é apontado como o estado com os piores indicadores sociais da federação. De acordo com números do IBGE 2004,(Apud LEMOS, 2007) no Maranhão estão situados 57 dos 100 municípios mais pobres do país e a pior renda per capita – 2,7 mil por habitante, muito embora esta mesma fonte indique e o governo do Maranhão propague os avanços alcançados no combate as desigualdades sociais no Estado a partir de 2002. Como se observa a seguir: em 2001, 55,30% da população maranhense sobrevivia em domicílios sem água encanada. Percentual que em 2003 foi reduzido para 42,53%; em 2001 62, 66% da população morava em domicílio que não possuíam rede de esgoto ou fossa séptica, percentual que foi reduzido em 2003 para 56, 53%. No que se refere à educação, em 2001 22, 77% da população maior de 10 anos de idade declarava-se analfabeta, índice que foi reduzido em 2003 para 21,99%. Os dados indicam ainda que a população maranhense excluída de renda e de acesso a serviços essenciais era constituída de 2.471.338 habitantes em 2001, passando em 2003 a ser de 2.349.683 habitantes. Quanto ao índice de Gini, que afere a distribuição de renda monetária, em 2001 era de 0,6226 tendo declinado em 2003 para 0, 685, o que caracteriza uma desconcentração da renda no Estado.

Observadas as estatísticas oficiais em geral, muito embora os números indiquem um certo avanço na qualidade de vida dos variados segmentos das classes subalternas no Estado, as desigualdades sociais são alarmantes, visíveis a partir dos próprios indicadores destacados para ressaltar tal perspectiva de melhoria das condições vida desses segmentos, o que nos remete a tentar elucidar os determinantes dessa situação de atraso presente historicamente no Maranhão, como resultante das condições estruturais e superestruturais gerais, que segundo (LOPES, 2001) tem como fundamento em última instância o aspecto econômico, mas apresenta como central a determinação superestrutural no campo da política. Para a referida autora,

No caso do Maranhão a situação se agrava em relação às unidades da federação por força da persistência do domínio das mais antigas formas de fazer política; especificamente a meio século esta unidade da federação é dominada pelo sistema oligárquico. Isto implica evidentemente numa política e numa cultura que perpassa as diferentes classes sociais. (LOPES, 2001, p. 03)

Nesse sentido, associado ao processo de desenvolvimento econômico dependente e concentrador, presente no Estado, desde o período colonial, caracterizado pelo fornecimento de matérias-primas ao mercado internacional, tem-se um processo denominado por (REIS, 1993, apud ARAUJO, 2007) de oligarquização da política, consolidados por longos períodos de mandonismos políticos. O predomínio da oligarquia Sarney no Maranhão, por mais de quatro décadas serve muito bem de exemplo, a esse respeito, muito embora, esta tenha se instituído ironicamente com a promessa de destituir um outro grupo oligárquico liderado pelo senador Vitorino freire que dominou o estado até o ano de 1965, ano que José Sarney foi eleito pela frente oposicionista com a promessa de libertar o Maranhão do atraso e dos desmandos do vitorinismo.

(CALDEIRAS, 1978), cunhou o termo “sarneísmo” para designar uma outra oligarquia que passou a dominar o Estado, a partir de 1966, quando José Sarney assumiu o governo sob o manto do projeto modernizador em “oposição ao conservadorismo”, sendo respaldado de um lado pelo personalismo e o ilustrismo[†] e de outro, pelo perfil político de líder popular. Seu projeto de construção do “Maranhão Novo”, tão presente nos discursos do governador eleito, com cara de oposição, logo se manifesta como um verdadeiro engodo, pois o que se assiste a partir de então é sua incorporação ao projeto de modernização conservadora implantado no Brasil pelos militares, à sombra de quem Sarney deu andamento ao seu projeto de desenvolvimento para o Estado, com base na atração de capitais estrangeiros e do centro-sul do país, mediante a concessão de privilégios e incentivos creditícios, respaldada por uma campanha, divulgada pelo próprio governador de que o Maranhão era um Estado das oportunidades para os “homens de negócios”, como podemos perceber em um de seus discursos:

O Maranhão é, em verdade, um fenômeno econômico irreversível e a grande oportunidade para os investimentos compulsórios, tanto na faixa da SUDAM/ Banco da Amazônia, quanto na área da SUDENE/Banco do Nordeste. [...]. De imediato e a médio prazo será sem dúvida o Maranhão a unidade integrante da região Amazônica que soma as melhores oportunidades e oferece as maiores perspectivas para o investimento privado. (SARNEY, 1970, apud GONÇALVES, 2000, p. 171-172)

[†] José Sarney é reverenciado no Estado, em grande parte por ter criado em torno de si um verdadeiro mito. Segundo (GONÇALVES, 2000,) Sarney se autodefine como a síntese das disposições eruditas e políticas, colocando-se ao lado dos grandes e consagrados políticos e escritores maranhense de todos os tempos.

A década seguinte à chegada de Sarney ao poder no Maranhão é, pois de fundamental importância para a compreensão dos determinantes e formas de expressões da questão social no Estado, inclusive na atualidade, marcadas pela estrutura fundiária, pelos conflitos agrários, pela aglomeração populacional nas margens das estradas, e em grande medida, pela caótica expansão das periferias urbanas. (SILVA, 2006) Durante este período o governo, sob o argumento de promoção do progresso alienou as terras devolutas, lançando mão de alguns instrumentos legais, como a reserva estadual de terras, as delegacias de terras, a lei de Terras de julho de 1969 e a criação da Companhia Maranhense de Colonização – COMARCO, que no início da década de 80 foi transformada no Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – ITERMA. Durante a década de 70, até meados da década de 80 o *governo* alienou uma área superior a 1,5 milhões de hectares, sendo que $\frac{3}{4}$ beneficiaram apenas 63 proprietários e o restante foi destinado a aproximadamente 3,2 mil pequenos e médios produtores, o que torna evidente a grande concentração da propriedade privada da terra no Estado, inclusive sob a tutela do governo e a conseqüente expulsão dos trabalhadores rurais para as periferias dos centros urbanos. (SILVA, 2006) Quanto à distribuição da riqueza, o IBGE informa que nos anos 70 enquanto os 10% mais ricos dividiam entre si 48,9% de toda riqueza do Estado os 50% mais pobres ficavam apenas com 20,9%. Na década seguinte a situação se agrava mais ainda, dado que subiu para 52,1% o percentual da concentração de riqueza nas mãos daqueles 10%, restando para os 50% mais pobres apenas 16, 5% daquele montante. (IBGE, Censo Demográfico de 1971, e 1981)

Estes indicadores são reveladores da expansão concreta do projeto de desenvolvimento modernizador implementado no campo pelo governo Sarney, que privilegiou a economia pautada na criação extensiva do gado e na indústria da madeira em detrimento do fortalecimento das culturas agrícolas de subsistência, baseadas na produção familiar. Segundo (FEITOSA, 1998, p. 73 e75)

A idéia do governo central era estimular, na região Amazônica, a produção de carne bovina para a exportação. Era garantir a integração local ao mercado nacional e internacional, no âmbito das políticas de “segurança nacional” [...] Entretanto, o planejamento para a região a partir dos militares, conscientemente somente poderia ser executado com a eliminação dos pequenos lavradores e suas famílias. O mercado é que passaria a determinar o sentido da organização social.

Constata-se, portanto, que é sob a vigência da oligarquia Sarney, considerando sobretudo, o período que governou o Estado, que a questão agrária se agudiza, tornando-se definitivamente o fundamento central da questão social no Maranhão, muito embora seja notória sua presença historicamente vinculada às oligarquias precedentes.

Parafraseando (LOPES, 2001, p.03), *este é um período em que a questão social no Maranhão parece ser agravada face aos constantes confrontos de trabalhadores com a polícia na luta pela terra*. Ou seja, diante de tantos desmandos do poder público, na implementação de seu projeto de desenvolvimento modernizador/conservador, os trabalhadores tanto no campo como na cidade buscaram na organização e na luta formas de resistência e enfrentamento com o poder governamental.

Entretanto, o Movimento organizativo dos trabalhadores rurais do Maranhão neste momento, no geral sofreu um duro golpe, considerando que durante a campanha para governo do estado em 1965, depositaram suas aspirações de mudança e lutaram para eleger o então deputado federal José Sarney para governador, com a promessa de verem fortalecido seu processo organizativo, com a reabertura e livre funcionamento das agremiações, fechadas desde o golpe de abril de 1964, quando passaram a ser alvo da perseguição do estado autoritário. Com essa expectativa, os trabalhadores participaram ativamente da campanha eleitoral, porém, a consagração de Sarney para governo do Estado, representou a frustração dos que acreditaram nessa alternativa. (ALMEIDA, 1981) Segundo o referido autor, a alternativa encontrada pelos trabalhadores para enfrentar os desafios presentes naquela conjuntura foi o acirramento do seu processo organizativo, através da abertura de sindicatos independentes, que ficaram conhecidos como clandestinos, em função da opção dos trabalhadores em permanecerem autônomos em relação à legislação em vigor no momento.

A Igreja Católica é uma instituição que não pode deixar de ser destacada neste processo de lutas dos trabalhadores rurais no maranhão, considerando que nesta conjuntura procurará através de uma corrente mais progressista, renovar sua prática social, buscando atender os mais diferentes segmentos das classes subalternas tanto no campo quanto na cidade. Destaca-se nesse sentido o trabalho desenvolvido pela Comissão Pastoral da terra – CPT, cuja finalidade foi desde a sua fundação em 1975 colaborar e apoiar os trabalhadores rurais quanto as suas reivindicações prioritárias, sobretudo no levantamento fundiário, na titulação das terras e na educação sindical.

Numa luta desigual, frente à expansão do capital no Maranhão nos anos 80, muitas famílias conquistaram com o apoio de diversas entidades o acesso a um pedaço de terra, ou ainda reconquistaram parte delas anteriormente usurpadas, o que lhes possibilita a permanência no campo. Entretanto para milhares de famílias rurais maranhenses, alvo de todo tipo de violência, quase sempre resultando na expulsão de suas terras, o destino tem sido a emigração para os centros urbanos do próprio Estado ou de outras regiões do país, notadamente a sudeste, ou mesmo de forma clandestina para outros países vizinhos, como Suriname, Guiana Francesa, Colômbia e Venezuela.(SILVA, 2006)

Neste contexto e como parte do referido projeto de modernização conservadora a partir do final dos anos 70 e início dos anos 80 do século passado, o Maranhão entra definitivamente na rota dos grandes projetos industriais, voltados para a exportação, através da implantação do Programa Grande Carajás “consolidando a sua grande vocação” para o desenvolvimento industrial, segundo o pensamento das elites locais. A dinamização deste setor através da implantação de projetos minero metalúrgicos aparecem nos discursos oficiais como a grande via para a redenção dos níveis alarmantes de pobreza e miséria presentes no Estado †através da geração de milhares de emprego, com ótimos salários, crescimento da economia e melhores condições de vida para os segmentos mais empobrecidos da sociedade. Na mesma época começa a implantação do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), com a desapropriação inicial de 52.000 hectares de terras, desalojando cerca de 3.600 famílias, de trabalhadores rurais quase todos remanescentes de quilombos, que residiam em 16 diferentes localidades. (NUNES, 2005) Contrariando todas as evidências, no discurso governamental estes “empreendimentos” são destacados como capazes de reverter os péssimos indicadores sociais presentes no Estado, garantindo assim o tão sonhado desenvolvimento com justiça social como presente na retórica da oligarquia Sarney. Entretanto, como assinala (BARBOSA, 2002, p.122) *as propostas de desenvolvimento regional trazidas por projetos como Carajás são típicas dos projetos que historicamente foram dirigidos à Amazônia, mas que na verdade, só serviram aos interesses do capitalismo internacional.*

Outrossim, destaca-se ainda, os impactos negativos produzidos por projeto como este no meio ambiente. O Itapecuru o mais importante rio maranhense, que banha 40 cidades e abastece São Luís, desde a implantação do consórcio Alcoa/Alumar vem sofrendo os efeitos da poluição e mesmo assim durante todo este período abasteceu de água, através do Projeto Italuís, este empreendimento, atendendo à grande demanda para o resfriamento das cubas utilizadas na produção de alumínio, quando poderia ser um grande indutor da produção de alimentos no Estado. Ou melhor, da agricultura familiar produtora de alimentos da cesta básica do trabalhador, pois ao longo dos anos tem abastecido as grandes plantações de soja, que hoje já avançam na região do Parque Estadual do Mirador, onde estão suas nascentes.

Ampliando-se à região do Baixo Parnaíba, a monocultura sojeira está devastando gigantescas áreas do cerrado maranhense, desalojando populações, pulverizando grandes quantidades de inseticidas no solo, espalhando sementes transgênicas e destruindo culturas nativas como o pequi, cupuaçu, bacuri e juçara, fonte de subsistência de milhares de pessoas. (ARAUJO, 2006, p.2)

† A partir destes discursos torna-se “compreensível” a grande expectativa e luta do governo do Estado no ano passado pela instalação na ilha de São Luís de uma siderurgia, quando todos aos laudos técnicos indicavam os danos que tal empreendimento poderia causar ao meio ambiente como um todo.

Aliado aos grandes projetos minero metalúrgicos e à monocultura da soja tipo exportação, um outro “negócio da china” começa a afirmar-se no Maranhão, com as mesmas promessas de desenvolvimento frente a grave e sempre crescente desigualdade presente no Estado, é a carcinicultura, ou criação de camarão em cativeiro.[§] Esta, no entanto, é uma posição controvertida, considerando que nove entre dez ambientalistas condenam este tipo de prática a partir de experiências negativas desenvolvidas no mundo inteiro como testifica os próprios responsáveis por este tipo de empreendimento. Segundo (ARAUJO, 2006, p.3)

Centrada em uma região delicada que envolve os apicuns e manguesais, a criação de camarão, se não for bem planejada, pode provocar sérios riscos à pesca de subsistência e à maricultura, já comprometidos com a constante prática de arrastões. A carcinicultura é ainda incipiente no maranhão, mas precisa ser monitorada para evitar prejuízos a uma grande comunidade de pescadores artesanais que tem, no mar a única fonte de subsistência.

Imunes a estes apelos, os defensores da oligarquia que dominou o Maranhão há 40 décadas seguem implementando seu projeto de modernização conservadora do sul do Estado à capital São Luís, apostando na economia do aço e dos transgênicos, voltadas unicamente para exportação, como as únicas saídas para reverter os graves indicadores sociais aqui presentes, quando a realidade indica que os mesmos vêm se agravando ano a ano em conseqüência deste modelo concentrador de riquezas, que desconsidera os grandes potenciais naturais deste Estado: a agricultura familiar e a pesca artesanal.

De onde se conclui que, a questão social e suas mais diversificadas expressões na sociedade maranhense, presentes tanto no campo quanto na cidade, guarda com a questão agrária uma intrínseca relação, assim como as lutas sociais e o processo organizativo dos trabalhadores no Estado têm na questão da terra sua base.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Autonomia e Mobilização Política dos Camponeses no Maranhão**. In Coleção Transformações econômicas e sociais no campo maranhense, v.5. São Luís: CPT.1981.

ARAUJO, Wilson. Siderurgia, camarão e soja: para onde vai o Maranhão? www.riosvivos.org.br/canal. Capturado em 2 de Janeiro de 2007.

[§] A criação de camarão em cativeiro é um negócio em franca expansão no Brasil, sobretudo nos estados da região nordeste. A área de cultivo era de menos de 20 mil hectares e exportou no ano de 2003 aproximadamente 60 mil toneladas, com a geração de US\$230 milhões em divisas. (MARANHÃO, 2003)

BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: Lutas de Classes e Reestruturação produtiva, em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. 2002. 208 f., Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

CERQUEIRA FILHO, Gisálio. **A Questão Social no Brasil: crítica do discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FEITOSA, Raimundo Moacir Mendes. **Tendências da Economia Mundial e Ajustes Nacionais e Regionais**. São Luís: Mestrado em Políticas Públicas da UFMA, 1998. 150f.

GONÇALVES, Maria de Fátima Costa. **A Reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís, EDUFMA, 2000.

IANNI, Otávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, IBGE, 2003.

_____. Censo demográfico. Rio de Janeiro, IBGE, 2001.

LEMOS, José. **Avançam os Indicadores Maranhenses entre 2001 e 2003**. www.ma.gov.br/conjuntura/index. Capturado em 2 de Janeiro de 2007.

LOPES, Josefa Batista . **Projeto de Pesquisa “50 anos de Serviço Social no Maranhão: a inserção profissional nas lutas sociais”**. Departamento de Serviço Social – UFMA, 2001.

SILVA, José de Ribamar Sá. **Segurança Alimentar, Produção Agrícola Familiar e Assentamentos de Reforma Agrária no Maranhão**. São Luís / MA, 2006. 157f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – UFMA.